

A dependência latino-americana e a reprimarização do continente

Daniel Mancio¹

Renata Couto Moreira²

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o aprofundamento da dependência latino americana a partir do processo de reprimarização econômica imposto pelos países do centro do imperialismo aos países periféricos, como forma de “administração/exportação” da atual crise estrutural do capital e suas conseqüências sobre a classe trabalhadora. Esse processo ampliou fortemente os investimentos produtivos em bens primários, alterando a estrutura produtiva dos países e colocando estes cada vez mais dependentes e submetidos a lógica de reprodução do capital, transferindo valor e conseqüentemente aprofundando a superexploração do trabalho nos países latino americanos.

Palavras-chave: dialética da dependência, reprimarização, superexploração

Abstract: *This paper aims to discuss the strengthening of Latin America dependence from the process of economic reprimarization imposed by the central imperialist countries to peripheral countries, as a form of "management / export" of the current structural crisis of capital and its consequences on the working class. This process increased strongly the productive investments in primary goods, altering the productive structure of the countries and putting them increasingly dependent on and subject of the capital reproduction's logic, transferring value and consequently deepening the super-exploration of work in the Latin American countries.*

Key-words: *dialectic of dependency, reprimarization, super-exploration*

1. Introdução

A dependência econômica dos países latino-americanos tem raízes históricas que remetem a colonização do continente pelos europeus e seus mecanismos de acumulação primitiva. Estas raízes ajudam a explicar o desenvolvimento de novos mecanismos de expropriação de riquezas, que se

¹ Engenheiro Agrônomo da Cooperativa de prestação assistência técnica para a reforma agrária do Espírito Santo – COOPETRAES. d_mancio@yahoo.com.

² Professora adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. renata.moreira@ufes.br.

assentam em semelhantes relações de subordinação, poder e opressão. Mas agora, de forma atualizada, mais desenvolvida e ainda mais dissimulada, sob a égide do capitalismo.

Este processo deve ser analisado, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente em nível internacional, como um sistema mundial, hierarquizado, monopólico e desigual, caracterizado pela atual fase de seu desenvolvimento: o Imperialismo (LÊNIN, 1987), produzindo e reproduzindo padrões distintos de acumulação de capital, numa relação dialética, caracterizada como capitalismo *sui generis* (MARINI, 2005). Estas duas faces do mesmo processo induz, necessariamente a uma dependência econômica dos países da periferia em relação aos países centrais, “criando centros mundiais de acumulação de capital e regiões dependentes num processo global de transferência de valor que tende a retro-alimentar essa polarização tendo enquanto mecanismo as relações de trocas desiguais” (MARTINS, 2011, p. 129).

A dialética desta dependência se insere no debate teórico marxista, tendo como base a realidade concreta e particular da América Latina, centrada em sua inerente vinculação à dinâmica geral do capital. “*Os países dependentes são objeto dessa articulação e oferecem os elementos materiais para a especialização do centro através de sua integração à divisão internacional do trabalho*” (MARINI, 2005. P.127).

Desta forma os países da América Latina se inserem em uma estrutura definida, que determina o sentido do desenvolvimento econômico destas nações de maneira dependente, caracterizada como: “*uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco das relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência*” (MARINI, 2005. p. 141).

A periferia se especializa em produzir para os centros capitalistas, alimentos e matérias primas, complementando a demanda destes por bens salários e insumos industriais. Estes por sua vez produzem mercadorias com alta incorporação de tecnologias, na ponta do processo de industrialização, atendendo o mercado interno e externo.

Portanto desenvolvimento e subdesenvolvimento se apresentam como processos indissociáveis numa relação dialética. Ou seja, as economias centrais se desenvolvem às custas do subdesenvolvimento das economias periféricas, através de mecanismos de transferência de valores periferia – centro.

Estes mecanismos levam a superexploração do trabalho nos países periféricos como forma de dar prosseguimento a acumulação de capital, repassando para os trabalhadores as conseqüências da dependência econômica que se revela nas relações comerciais entre países centrais e periféricos do

sistema. A superexploração do trabalho é a forma de compensar, de reverter as perdas no mercado mundial, advindo das relações comerciais de dependência econômica (MARINI, 2005).

Esta dependência econômica entre países centrais e periféricos é característica estrutural do sistema capitalista, sendo necessário compreender os mecanismos que produzem e aprofundam esta dependência, e seus impactos sobre a classe trabalhadora. Qualquer alteração estrutural do sistema capitalista, como por exemplo, a crise atual, atinge diretamente todas as nações incorporadas na dinâmica internacional de divisão do trabalho.

As crises do sistema capitalista em geral afetam historicamente esta relação impondo condições aos países periféricos cada vez mais centrada na maior exploração do trabalho. Deflagrada em 2008, mas gestada desde a década de 1970, a atual crise do sistema capitalista é manifestada sob um novo momento do capitalismo imperialista, onde o capital especulativo parasitário agora tem a hegemonia sob o capital produtivo (CARCANHOLO, 2006) Isso na prática gera contradições ainda mais complexas e mais profundas no sistema e coloca ao capitalismo o desafio de criar, recriar ou aprofundar estratégias para superar/administrar a crise e dar fôlego a mais um ciclo de acumulação de capital. Estas, são formuladas e reformuladas pelo capital, no objetivo central de manter o funcionamento e reprodução da sociedade burguesa, recuperando as taxas de lucros dos capitais, que tendem a decrescer.

Várias medidas anticrise ou mais especificamente medidas de contratendência a queda nas taxas de lucros, são defendidas e implementadas em todo o mundo. Duas propostas ganham força na atual conjuntura, no sentido de intervenção da política econômica interna aos países afetados. Uma proveniente de uma ortodoxia neoliberal, que apesar de abalada em sua credibilidade pela exacerbação da crise de 2008/09, segue ideologicamente defendendo a necessidade de retomar o rumo hegemônico dos anos 80 e 90, com as aberturas econômicas, flexibilizações trabalhistas, ambientais e fiscais, privatizações e um clima favorável ao livre movimento de mercadorias, serviços e capitais. Outra vertente, no sentido da regulação do capital como forma de salvar o capitalismo, opta por implementação de políticas econômicas anticrise, que garanta a lógica de reprodução do capital pelos Estados Nacionais, dando novo fôlego ao capitalismo (GAMBINA, 2011).

Muito se foi gasto com o salvamento das grandes empresas tanto nos países centrais do sistema quanto nos países em “desenvolvimento” e nos países periféricos. Imposições de regras ao mercado financeiro, créditos, isenção e subsídio fiscais, entre outras formas de manter o capital funcionando e evitar a quebra das empresas e bancos, garantindo a produção, o consumo e a reprodução do capital foram e estão sendo amplamente praticadas em detrimento dos investimentos

sociais. Pelo contrário como contrapartida tem-se uma retirada dos direitos sociais conquistados anteriormente.

Mas o capital também desenvolve outros mecanismos para além das intervenções keynesianas em nível de Estados Nacionais, aprofundando a relação imperialista dos países centrais em relação aos países periféricos, impulsionando suas economias em detrimento das economias periféricas.

Na América Latina é possível ver os impactos desta crise, que teve como epicentro países do centro do imperialismo, mas que assolou todo o mundo de forma mais ou menos aguda de acordo com a inserção maior ou menor destas nações no mercado mundial. Aprofundou as relações de dependência periferia-centro, interrompendo a diversificação produtiva e impondo uma maior especialização na produção de *commodities* e bens primários em geral.

Note-se que dentro da perspectiva da divisão internacional do trabalho, a América latina vem sofrendo um processo intenso de reprimarização econômica, ampliando fortemente os investimentos produtivos em bens primário, alterando a estrutura produtiva dos países e colocando estes a mercê dos mandos e desmandos do capital. Esse aprofundamento das relações de dependência econômica, transferindo valor das periferias ao centro, é mediado pelas trocas desiguais e se inserem no âmbito da nova divisão internacional do trabalho (MARINI, 2005). Aprofundam, portanto, a superexploração do trabalho nas periferias, como a América Latina, como forma de compensar as perdas nas relações comerciais entre periferias-centro, exportando as contradições do capital dos centros para as periferias, mais especificamente para os trabalhadores da periferia, garantindo a reprodução ampliada do capital.

O Objetivo central deste trabalho foi compreender á luz da teoria marxista, o movimento do capital na América Latina, no atual momento de crise estrutural e os impactos sobre a relação de dependência em relação aos países centrais, assim como suas conseqüências sobre a classe trabalhadora.

Como hipótese central de pesquisa, tem-se que a crise estrutural do capitalismo potencializou a dependência latino americana a partir da imposição da nova divisão internacional do trabalho, forçando um processo de reprimarização econômica destes países, agravando substancialmente a exploração sobre o trabalhador dos países periféricos.

Na organização do texto, buscou-se aprofundar o entendimento do mecanismo de funcionamento da dependência latino americana através da deterioração dos termos de troca nas relações de mercado internacional, para então corroborar para esta análise com dados organizados pela Cepal e outros autores que demonstram o aprofundamento do processo de especialização e

mudança na estrutura produtiva dos países latinos americanos, dando ênfase ao Brasil. A partir destes, discutiu-se apontamentos para a classe trabalhadora, que estando diretamente envolvida e sendo a responsável pela absorção de todo o impacto das contradições do capital, deve se posicionar e responder construindo resistência e a ofensiva na América Latina contra a dependência estrutural do continente remetendo a transformação global da forma de organização da sociedade atual.

2. O Segredo das Trocas Desiguais

A dependência Latino Americana é baseada em mecanismos de transferência de valor. Estes mecanismos provocam uma interrupção da acumulação interna de capital dos países dependentes que precisa ser completada e, para tanto, mais excedente precisa ser gerado. Esta expropriação de valor só pode ser compensada e incrementada no próprio plano da produção, justamente através da superexploração do trabalho, e não no nível das relações comerciais, por meio de desenvolvimento da capacidade produtiva (CARCANHOLO, 2006), visto que a inserção destes países no mercado global é subordinada à lógica imperialista. *“O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas, simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-las.”* (MARINI 2005 p.151).

Para compreender o movimento do capital sobre os países periféricos e o mecanismo de transferência de valor através das trocas desiguais, é fundamental compreender a dialética do funcionamento e reprodução geral do capitalismo e suas especificidades de reprodução nas periferias do sistema, como um sistema dialético que vai sempre do geral para o específico e do específico para o geral, sendo, portanto complementares e contraditórios. Neste sentido necessita-se partir da Lei Geral de Acumulação Capitalista, trabalhada por Marx no capítulo XXIII do Livro I d'O Capital (MARX, 1996).

Sendo o capitalismo um modo de produção que em sua essência possui contradições inerentes às suas próprias leis fundamentais de funcionamento, à medida que o capital se desenvolve, estas contradições agravam-se, amplificando os antagonismos que inevitavelmente torna-se cada vez mais agudos e complexos. O Capital se valoriza ao entrar no processo produtivo e extrair mais-valia, explorando e se apropriando de trabalho alheio no processo de produção de mercadorias. A lógica de funcionamento do capital, exige que sua reprodução seja mantida sob qualquer situação, sendo ampliada a medida que o desenvolvimento capitalista avança, gerando concentração cada vez maior de capitais e um mercado cada vez mais competitivo. Isso exige dos capitalistas maiores investimentos para manter o ciclo funcionando e garantir a recuperação das taxas de lucros.

A taxa de lucro é a relação entre mais valia produzida e o capital total investido. Portanto, para aumentar as taxas de lucros é necessário aumentar a proporção de mais valia em relação ao capital investido. Para isso só tem um jeito: aumentar a exploração do trabalho, ou seja aumentar o tempo de trabalho excedente sobre o tempo de trabalho necessário na concepção de Marx.

Na luta intercapitalista a incorporação tecnológica é um elemento chave. É necessário investir em tecnologias fazendo com que aumente o capital constante (trabalho morto) em relação ao capital variável, alterando conseqüentemente a composição orgânica do capital, nessa busca por lucros extraordinários através do aumento da produtividade do trabalho no ponto de vista individual e isolado, seguindo a “Lei Geral do aumento da produtividade” (CARCANHOLO, 2009). Mas estas mudanças se tornam “sociais” e se configuram enquanto uma mudança tecnológica média do setor fazendo com que a composição orgânica do capital aumente na totalidade. Isso faz com que a taxa de lucro média do setor e de toda a economia tenda a cair, sendo esta contradição uma das leis fundamentais do desenvolvimento capitalista: “A lei da tendência decrescente das taxas de lucros”. *“Em diferentes ramos industriais reinam taxas de lucros desiguais que correspondem à diversa composição orgânica dos capitais [...]”*. (MARX, 2008; p. 203).

Na disputa entre estes setores, da mesma forma como ocorre dentro de um mesmo setor, a medida que se tem taxas de lucros menores, ocorre uma migração dos capitais no sentido do setor de maiores taxas de lucros, buscando um diferencial tecnológico que garanta a apropriação da mais valia extraordinária. Assim recuperam suas taxas de lucros que foram diminuídas pela concorrência com um capital mais produtivo, até cessar este estímulo de migração quando as taxas de lucros entre os setores tendem a se igualar, aproximando de um lucro médio na economia (CARCANHOLO, 2006).

O capital, porém, deixa o ramo com baixa taxa de lucro e lança-se no que tem taxa de lucro mais alta. Com essa migração ininterrupta, em suma, repartindo-se entre os diferentes ramos segundo sobe ou desce a taxa de lucro, o capital determina uma relação de oferta e procura, de tal natureza que o lucro médio se torna o mesmo nos diferentes ramos (MARX, 2008; p. 203)

Para além da produção, como a apropriação de valor se dá no processo de concorrência entre setores. Mostra-se que, respeitando a teoria do valor, existe uma transferência de valor entre setores, onde setores de maior composição orgânica do capital se apropriam de parte do valor gerado pelas empresas de menor composição orgânica do capital e conseqüentemente menos produtivas.

Na perspectiva do comércio internacional e nas relações de mercado entre nações, temos o funcionamento de lógica similar. Para tanto caracterizou-se países centrais e periféricos, no

mercado mundial, no que tange as especificidades da produção e circulação de mercadorias, com base na realidade atual. (Tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização e diferenciação produtiva e de circulação dos países centro e periferia do sistema.

	Centro	Periferia (América Latina)
Desenvolvimento Técnico Científico	Homogêneo e Diversificado	Heterogêneo e especializado (<i>commodities</i>)
Tecnologia incorporada	Maior	Menor
Composição do capital	Maior	Menor
Relação produção/circulação	Consumo interno e exportação	Consumo externo – exportação

Observa-se, que as mesmas características em relação as diferenças na adoção de tecnologias, se repete em nível de países centrais e periféricos ao exemplo das empresas com mais ou menos tecnologia incorporada.

Os países centrais têm sua produção baseada num desenvolvimento técnico e científico homogêneo e diversificado, que significa uma maior integração entre os setores ou ramos da produção com incorporação tecnológica homogênea e alta em todos os setores, mantendo o monopólio da produção e da tecnologia. Já os países periféricos, em especial os países da América Latina, possuem defasagem tecnológica entre os setores, não se diversificando e se tornando especialistas nas chamadas *commodities*, incorporando tecnologias apenas nestes setores, fruto da necessidade de baixar o valor destes para atender o mercado mundial. Portanto os setores da economia não são integrados e o consumo do trabalhador é restrito. Essa característica leva a uma fragmentação do desenvolvimento econômico dos países dependentes, concentrando em monopólio setorial, tecnologicamente mais avançado, representado pelo grande capital internacional e nacional, que gera perdas que se manifestam na deterioração dos termos de troca, nas remessas de lucros e nos pagamentos de juros ou de serviços tecnológicos comerciais e financeiros (MARTINS, 2011).

No âmbito internacional os países centrais se apropriam de valores produzidos nos países periféricos especializados em mercadorias de bens primários, dado o monopólio da produção e de tecnologia dos países centrais. Portanto, as nações periféricas estão sujeitas, dada a lei tendencial de igualação das taxas de lucro, a esse tipo de transferência de valor em direção aos países centrais (CARCANHOLO, 2006).

A mais valia extraordinária, ao traduzir-se em lucro extraordinário no processo de mercado global, altera a repartição geral da mais valia entre os diversos capitais, transferindo valor, mas sem incrementar a taxa de mais valia (MARINI, 2005). Isso porque a determinação da taxa de mais valia, não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho (relação entre trabalho excedente e o trabalho necessário). Portanto, somente reduzindo o trabalho necessário para reprodução da classe trabalhadora (reduzindo o valor da força de trabalho pela diminuição do valor da cesta de consumo dos trabalhadores ou a desvalorização dos bens-salários) ou o aumento em termos absolutos do trabalho excedente (maior intensidade e/ou jornada de trabalho) são capazes de alterar a taxa de mais valia de um capital.

O papel da América Latina no capitalismo global vem justamente no sentido de reduzir o tempo de trabalho necessário para reprodução social dos trabalhadores nos países centrais, deslocando o eixo de acumulação na economia industrial destes países, da produção de mais valia absoluta para a produção de mais valia relativa, em detrimento das relações de trabalho dentro da própria América Latina. A maior exploração do trabalho nas periferias é fundamental para garantir este deslocamento do eixo de acumulação. Portanto: *“A inserção da América Latina na economia capitalista respondem às exigências da passagem para a produção de mais valia relativa nos países centrais.”* (MARINI, 2005 p. 145).

Para tanto, é necessário que a América Latina produza para os países centrais os itens da cesta de consumo dos trabalhadores, que são basicamente os alimentos. Este aumento da produtividade nos países centrais se transforma de fato em alteração da taxa de mais valia, pois o trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho diminui com a oferta de alimentos (carnes, grãos, café, etc) no mercado mundial pela América Latina. Cria-se assim a redução do valor da força de trabalho nos países industriais, permitindo que o incremento da produtividade se traduza em taxas de mais valia cada vez mais elevadas, ou seja, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salários, a América Latina desempenha papel significativo no aumento da taxa de exploração dos trabalhadores nos países centrais (MARINI, 2005).

Cria-se com isso uma nova contradição: o aumento da produtividade dos países centrais eleva também o consumo de matérias primas no processo produtivo. E neste caso, mais que proporcional, aumentando a composição orgânica do capital nos países industrializados.

Em resposta a esta contradição, implementam-se mecanismos contratendências que se apresentam novamente sob duas perspectivas: 1 – aumentar ainda mais a mais valia produzida, com o aumento da exploração do trabalho (mais valia absoluta ou relativa) e 2 – diminuição no valor do capital constante, prioritariamente pelo mercado mundial de matérias primas.

É mediante a uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, que a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão. (MARINI, 2005 p. 148)

Então, tem-se que o papel da América Latina no mercado capitalista internacional é o de produtor de alimentos e bens da cesta de consumo dos trabalhadores dos países centrais, para transformar os avanços tecnológicos em mais valia relativa. Mas também o de produzir matérias primas baratas ao mercado, levando a uma queda no valor do capital constante nos processos produtivos dos países centrais. *“O comércio exterior, ao baratear elementos do capital constante e meios de subsistência necessários em que se converte em capital variável, contribui para elevar a taxa de lucro, aumentando a taxa de mais valia e reduzindo o valor do capital constante.* (MARX, 2008, p. 313).

Esta especialização periférica para a produção dos bens primários (alimentos e matérias primas) para os países centrais não segue apenas a regra da oferta e demanda. Esta regra funciona, mas não explica o porque da especialização produtiva mesmo com a violenta deterioração dos termos de troca, remetendo nossa análise à imposições imperialistas para uma nova divisão internacional do trabalho que são garantidas prioritariamente pela própria dependência econômica como um mecanismo que se retroalimenta, pelos mecanismos de monopolização da produção e da tecnologia, mecanismos de endividamento, transnacionalização da economia, mas também pelo aporte e pressão diplomática e militar (MARINI, 2005). A forma de lidar com os mecanismos de transferência de valor pelos países periféricos, a partir da divisão internacional do trabalho, se restringe a de aumentar a produção e especialização produtiva em bens primário. Busca-se, portanto o aumento da massa de valor produzida, e para isso lança-se mão de uma maior exploração do trabalho.

Chega-se assim, num ponto que não basta analisar a relação de troca entre as nações centrais e periféricas sem analisar também que *“a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação”* (MARINI, 2005; p.154). Portanto a transferência de valor é de fato transferência de mais valia. E isso só é possível pela forma como se organiza as nações periféricas, separando o trabalhador do consumo.

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se assim do ponto de vista do país dependente a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital –

a produção e a circulação de mercadorias ... , ou seja, opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (MARINI, 2005 p. 162)

Nos países centrais, o consumo individual do trabalhador representa um elemento importante e decisivo na criação de demanda para as mercadorias produzidas, adequando produção e circulação. Já nas economias exportadoras e periféricas, como a América Latina, a circulação se separa da produção e esta se realiza no âmbito do mercado externo. O consumo do trabalhador interfere pouco na realização da mercadoria, ainda que determine a taxa de mais valia. Por isso é possível nas economias periféricas explorar ao máximo o trabalhador, sem a preocupação com a reposição da força de trabalho deste, já que existe um exército de reserva pronto para substituir na produção, a força de trabalho depreciada rapidamente. Esta superexploração se dá burlando a teoria do valor, pagando salário abaixo do valor da força de trabalho (MARINI, 2005).

Com o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação para o mercado mundial, deprime-se os níveis de demanda interna e coloca o mercado mundial como única saída para a produção. Mas, com os lucros dos capitalistas das nações periféricas criam-se expectativas de consumo de bens suntuosos, que não se realiza na produção interna, buscando fora novamente, via importação. Estratifica-se assim o mercado interno em “alta circulação”, própria dos não trabalhadores, que o mercado tende a aumentar, realizando via importação da melhor maneira possível e “baixa circulação” própria dos trabalhadores que o mercado tende a restringir, garantindo internamente o mínimo possível, já que este trabalhador está superexplorado e tem uma imensa massa de trabalhadores que compõe o exército industrial de reserva.

Diferentemente dos países centrais, onde a relativa homogeneização da base tecnológica permite aos segmentos vinculados ao setor produtor de bens-salário responder tecnologicamente às inovações introduzidas pelos segmentos vinculados ao consumo suntuário, criando as bases para um mercado de massas e para a indústria de bens de capital que alavancarão de forma orgânica a industrialização no centro; os países dependentes, ao se integrarem no mercado mundial a partir de grandes desníveis tecnológicos, não poderão responder da mesma forma, recorrendo à superexploração do trabalho” (MARINI, 2005; p.162).

Esta estratificação dissimula a “*dilaceração da economia latino americana, expressa pela cisão do consumo individual em duas esferas contrapostas*” (MARINI, 2005; p. 164), permitindo assim a superexploração do trabalho, ou seja, remunerando a força de trabalho abaixo de seu valor real.

A superexploração do trabalho nos países periféricos é a forma de compensação, das perdas dos capitalistas destes países, nas trocas desiguais no mercado mundial. Toda esta “perda” é compensada às custas dos trabalhadores das nações periféricas que cumprem um papel fundamental

para a reprodução ampliada do capital, recuperando as taxas de lucros através da transferência de mais valia apropriada pelos países centrais. Estes trabalhadores assumem o peso final das contradições estruturais do capital, através de uma dupla transferência de valor: na produção de mais valia absoluta e relativa, mas também na violação da teoria do valor, transferindo mais que valor, mas também sua própria vida, através da degeneração física dos trabalhadores, fazendo a sangria constante do povo e dos recursos naturais da América Latina.

3. Imposições imperialistas para AL e Brasil – A “Reprimarização”

Como dito anteriormente, além das intervenções na política econômica interna dos Estados nacionais, como forma de minimizar os efeitos da crise, os países do bloco imperialista impõem aos países periféricos, como mecanismo contratendencial à queda nas taxas de lucros e, portanto como propostas de administração da crise estrutural do sistema, uma nova divisão internacional do trabalho, com objetivo de capitanear capital, via transferência de valor.

Essa nova divisão internacional do trabalho vem sendo implantada desde o período pós 2ª. Guerra, onde se dividiu o mundo nas tarefas que deveriam desenvolver ao Capital, já numa fase imperialista. Portanto a receita se renova agora de forma mais profunda e avança novamente numa ofensiva imperialista sobre as periferias do sistema.

Não tem como negar a importância estratégica deste continente na geopolítica mundial, como maiores detentores de recursos naturais, com ênfase nas terras agricultáveis, biodiversidade, água, minérios, incluindo agora o pré-sal brasileiro, que coloca o país entre os maiores produtores deste mineral do mundo. Essa posição estratégica faz com que os olhares do mundo recaiam sobre a América Latina como um grande potencial para exploração destes recursos, aliados a farta mão de obra barata, que dá ao capital, fôlego para novos ciclos de acumulação.

No caso da América Latina, especificamente, considerada uma grande economia, vê-se um claro redirecionamento a um processo de especialização na produção de commodities e insumos industriais (minerais, siderúrgicos, alimentos, celulose, agrocombustíveis e energia em geral), interrompendo o processo de diversificação produtiva, reforçando o papel dos países periféricos como produtores de mercadorias com pouca incorporação de avanços tecnológicos. (GOMES, 2009).

Alguns dados mostram que a participação do setor manufatureiro no PIB caiu em toda a região latino americana, de 12,7 % para 6,4% em média, entre os anos 1974 e 2006, respectivamente. Sendo bastante dramático na Argentina que caiu de 43,5% para 27%, no Equador de 19% para 10%, entre outros países que mesmo menos intensivo tiveram uma retração importante

do setor, como o Brasil que mostrou uma queda de 28% para 24,8% da participação dos manufaturados no PIB nacional. (NADAL, 2009). Se considerar a participação dos produtos manufaturados brasileiros no valor das exportações tem-se uma clara tendência de queda ao longo dos anos 2002 e 2010, caindo de 56,8% em 2002 para 45,6% em 2010 (GONÇALVES, 2012).

Neste mesmo sentido observa-se nos dados da CEPAL, o aumento da participação dos produtos primários no volume total exportado pelos países da América Latina, demonstrando uma tendência regional (Tabela 2).

Tabela 2 - Participação dos produtos primários no total exportado da América Latina (%) ao longo do período entre 2000 e 2009.

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	42,0	46,0	47,4	48,5	47,0	47,3	49,5	51,7	55,4	60,9
Argentina	67,6	67,4	69,5	72,2	71,2	69,3	68,2	69,1	69,2	68,0
Bolívia	72,3	79,4	84,2	83,9	86,7	89,4	89,8	91,9	92,8	92,9
Colômbia	65,9	60,6	62,2	65,7	62,9	65,3	64,4	60,8	68,5	72,6
Chile	84,0	82,2	83,2	83,8	86,8	86,3	89,0	89,6	88,0	88,2
Peru	83,1	81,4	83,0	83,0	83,1	85,3	88,0	87,6	86,6	87,8
Uruguai	58,5	58,4	63,7	66,3	68,4	68,5	68,7	68,9	71,3	74,8
Paraguai	80,7	83,7	85,1	86,3	87,3	82,9	84,1	89,1	92,1	...
Equador	89,9	88,1	89,7	88,0	90,7	91,0	90,4	91,3	91,7	90,9
México*	46,5	14,9	15,7	18,6	20,2	23,0	24,4	25,0	27,1	24,9
TOTAL AL e Caribe	42,1	41,1	41,1	44,1	46,3	49,8	52,5	49,5	52,7	52,9

Inclui re-exportações

Porcentagem do valor total das exportações de bens (FOB)

* Inclui produtos transformados na indústria de maquilagem

Fonte: CEPAL, 2011 – Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2010.

Em todos os países apresenta-se um aumento significativo das commodities exportadas, mas é interessante também, verificar a importância destas mercadorias para cada país e para a América Latina em geral. Países como Bolívia, Equador, Chile, Peru e Paraguai (mesmo sem os dados de 2009), possuem mais de 85% das exportações em *commodities*. Da mesma forma, apesar de um pouco menos intensa o Brasil, Uruguai, Argentina e Colômbia com mais de 60% do total exportado, refere-se a commodities. O dado que sobressai por aparentemente demonstrar, que mesmo tendo um aumento em relação aos anos anteriores, o México tem apenas 24,9% das exportações provenientes de bens primários. Este dado que destoia em relação a América Latina, é “camuflado” pelas indústrias de maquilagem, onde da mesma forma os trabalhadores são extremamente explorados e seguem reproduzindo a lógica da superexploração do trabalho.

Pegando, como exemplo bastante ilustrativo, o Brasil, sendo a maior economia regional, se tem uma percepção melhor da tendência que se aprofunda nos países da América Latina. Em artigo

recém publicado pelo IPEA, discute-se a ampliação da participação das *commodities* na pauta de exportação brasileira, e mostra que o aumento foi sem precedentes, partindo de 37% em 2000, chegando a mais de 51% da pauta de exportação brasileira em 2010, que se somado às mercadorias que o estudo chama de “outros” (representando as *commodities* energéticas como o petróleo), resultaria num total de 65% da pauta de exportação brasileira em 2010 (Tabela 3), caracterizando um processo de reprimarização da pauta de exportação e consequentemente da economia (De Negri e Alvarenga, 2010).

Tabela 3 - Participação dos diferentes grupos de produtos, segundo intensidade tecnológica, nas exportações brasileiras (2000 a 2010) (Em %)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Commodities primárias	37	39	39	40	39	38	39	41	43	49	51
mão de obra e recursos naturais	14	13	13	13	12	11	10	9	7	7	6
baixa intensidade	8	7	8	8	10	10	8	8	9	7	6
média intensidade	18	18	17	19	19	20	20	18	16	13	14
alta intensidade	18	16	15	12	12	12	12	12	11	11	9
outros	5	7	8	8	7	9	11	11	13	13	14

Classificação por intensidade tecnológica feita com base na metodologia disponível em Trade and Development Report (UNCTAD, 2002).

Fonte: De Negri e Alvarenga, 2010.

Dentre as *commodities*, o minério de ferro desponta enquanto principal responsável por este processo de reprimarização, saindo de 18% em 2009 para 29% da pauta de exportação de *commodities* em 2010 e cerca de 14% das exportações totais. O Açúcar também demonstrou um crescimento grande neste período sendo, portanto também um importante produto da pauta brasileira que fortalece este processo de reprimarização econômica, acentuado com a manifestação da atual crise do capital (DE NEGRI E ALVARENGA, 2010). Outra alta considerável, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), foi a da fatia do petróleo em bruto, de 2,6% em 2004 para 8% em 2010.

Esse movimento de “reprimarização” da pauta de exportações brasileiras se acentuou com a crise e com o fato de que países como a China continuaram crescendo a taxas muito superiores às dos países desenvolvidos, mesmo sob os impactos sistêmicos da crise. A China já é o principal parceiro comercial do Brasil, com exportações que atingiram US\$ 30 bilhões em 2010, sendo que cerca de 80% são *commodities*, com destaque para a soja e o minério de ferro. Isso contribui significativamente para o processo aumento das *commodities* na pauta de exportação brasileira. Mesmo sob o auge da crise onde as exportações brasileiras globais que caíram de US\$ 197 bilhões para US\$ 152 bilhões, as exportações para a China cresceram de US\$ 16 bilhões para mais de US\$ 20 bilhões (DE NEGRI E ALVARENGA, 2010).

É importante deixar claro que essas alterações nas relações com a China não são decorrentes de uma ação unilateral daquele país, mas estão integradas e condicionadas às mudanças do sistema capitalista mundial. Grandes monopólios dos países imperialistas se deslocaram para a China em busca da valorização máxima de seus capitais na produção, atraídos particularmente pelos baixos salários, originando especialmente uma relação simbiótica EUA-China, que no longo prazo tende a agravar as contradições do sistema. Os investimentos prioritários da China no Brasil se deram no setor de produção de *commodities* e no setor de infraestrutura necessário para garantir a exportação das mesmas. Só no setor de petróleo, com a compra de duas empresas que operam no Brasil, a China investiu US\$ 10,17 bilhões, além de um empréstimo de US\$ 10 bilhões de dólares para a Petrobras (SANTOS, 2011).

A projeção da China na economia mundial, estabelece uma conjuntura de reversão da deterioração do termos de troca, favorecendo no curto prazo a América Latina, devido a ampliação da demanda por bens primários (alimentos e matérias primas). Esta reversão elevou a taxa de mais valia interna e contribuiu de forma geral para a redução da taxa de pobreza na região entre 2003 e 2010. Apesar disso ficam importantes incertezas no médio e longo prazo, fortalecendo fortemente o processo de reprimarização e alterando a estrutura produtiva da região (MARTINS, 2011). Outro fator relevante na insustentabilidade desse processo de valorização das *commodities* é por exemplo a compra de terras por grupos internacionais, destacando a China, que vem fazendo altos investimentos de capitais para garantir a produção e a exportação favorável a este país.

A participação das commodities na pauta de exportação brasileira cresce não só para a China, e sim para todo o mundo. O Brasil teve sua participação no comércio internacional aumentada de 0,88% em 2000 para 1,26% em 2010. Os dados da tabela 6 mostram que o Brasil aumenta sua participação no comércio internacional pelo aumento significativo da participação das commodities que passa de 2,77 % do mercado mundial de commodities em 2000 para 4,66% em 2010. De forma inversa os produtos de alta incorporação tecnológica como aeronáuticos que são extremamente voláteis tem uma diminuição na participação da pauta de exportação brasileira, caindo de 0,52% em 2000 para 0,49% em 2009 (Tabela 4).

Portanto o processo de reprimarização da pauta de comércio do país não é apenas resultado de um desempenho excepcional das exportações brasileiras de commodities, mas também reflete a perda de participação e competitividade do país no comércio internacional em todos os outros grupos de produtos, especialmente os mais intensivos em tecnologia (DE NEGRI E ALVARENGA, 2010).

Tabela 4 – Participação do Brasil nas exportações mundiais por categoria de produto, segundo intensidade tecnológica (2000 a 2009) em %.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Commodities primárias	2,77	3,12	3,13	3,33	3,57	3,77	3,7	3,72	4,23	4,66
mão de obra e recursos naturais	0,9	0,94	0,93	0,96	1,06	1,05	1,06	1,01	0,89	0,78
baixa intensidade	1,18	1,09	1,18	1,27	1,55	1,55	1,37	1,26	1,13	1,15
média intensidade	0,63	0,65	0,63	0,71	0,8	0,94	0,94	0,86	0,87	0,74
alta intensidade	0,52	0,53	0,47	0,4	0,43	0,5	0,51	0,51	0,54	0,49
outros	0,34	0,54	0,64	0,63	0,58	0,67	0,75	0,85	0,85	0,95

Classificação por intensidade tecnológica feita com base na metodologia disponível em Trade and Development Report (UNCTAD, 2002).

Fonte: De Negri e Alvarenga, 2010.

A valorização cambial, ou a desvalorização da moeda norte americana e chinesa, propositalmente articuladas para favorecer as exportações norte Americanas, impõe também este movimento de reprimarização na América Latina, e teve importância grande no último período, onde desfavoreceu as indústrias com maior tecnologia reduzindo a competitividade deste setor no mercado internacional, reforçando novamente a participação das commodities na pauta de exportação brasileira e latino americana que contrabalanceiam o efeito do cambio pelos preços atualmente mais elevados, mas que causam no médio prazo efeitos importantes de serem analisados na estrutura produtiva destes países, com aumento dos investimentos e incentivos públicos e privados neste setor como foco para o crescimento econômico destes países.

Como exemplo tem-se que parte significativa dos investimentos projetados para a economia brasileira no próximo período, bem como dos investimentos realizados no período recente, são em setores como mineração, petróleo, alimentos e metalurgia básica, principalmente via o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (DE NEGRI E ALVARENGA, 2010).

Este, que é o segundo maior banco de desenvolvimento do mundo, vai no sentido contrário ao desenvolvimento que deveria ser preconizado, pois: *"não financia um processo de acumulação com progresso técnico, nem uma mudança estrutural no modelo produtivo, e sim um retrocesso do aparelho produtivo, concentrando sua atuação no processo de reprimarização da economia brasileira e também da América Latina"* (GONÇALVES, 2010, p.2).

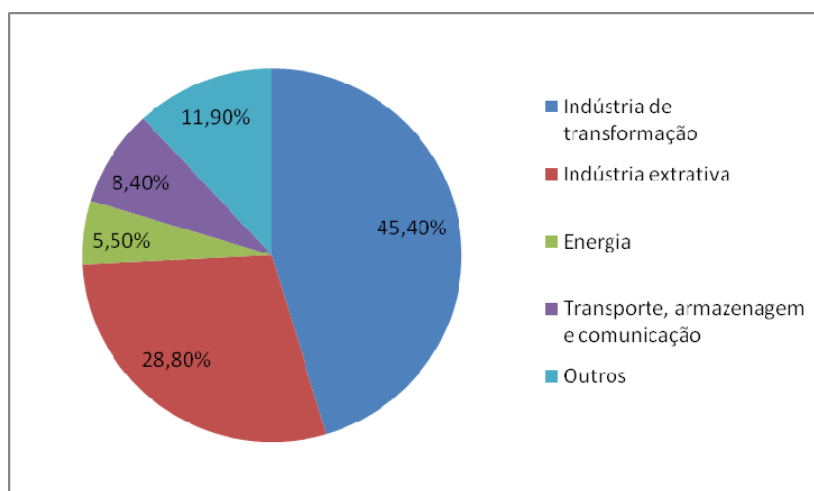
A maior parte dos recursos investidos pelo BNDES no Brasil e em vários países da América Latina foi focada para a produção de bens primários, através de empréstimos, fusões, capitalizações, aquisições e participações do Banco neste setor, reforçando o processo de concentração e

centralização de capitais, fomentando a reprimarização econômica, como modelo de crescimento para estes países.

Neste sentido, deu andamento a um processo agudo de concentração e centralização de capital, cuja consequência é mais poder econômico nas mãos de um número menor de grandes empresas, afetando o emprego, empresas, especialmente familiares, e até o poder político, transferindo fundos dos trabalhadores, como o Fundo de Amparo aos Trabalhadores (FAT) para financiar projetos do grande capital (GOMES, 2009).

Segundo dados organizados pelo GT investimentos do BNDES, os investimentos industriais no Brasil devem somar 614 bilhões de reais entre 2011 e 2014. Só o setor de óleo e gás deverá absorver 378 bilhões ou 61,5% do montante total. Em segundo lugar está o segmento de extração mineral, que deverá investir 62 bilhões ou 10,2% do total previsto. Portanto, o investimento chamado de industrial tem enquanto prioridade os bens de baixo valor agregado (SANTOS, 2011). No médio e longo prazo, estes investimentos e incentivos públicos, tendem a levar a uma maior participação destes setores primários na estrutura produtiva brasileira (DE NEGRI E ALVARENGA, 2010).

Na figura 1, abaixo, destaca-se a participação dos investimentos anunciados, organizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para 2010.



Fonte: RENAI/MDIC, 2010. Elaboração do autor

Figura 1 – Participação dos anúncios de investimento (valor acumulado nos últimos 12 meses até junho/2010)

Quaisquer que sejam as causas para a reprimarização econômica do Brasil e dos demais países da América latina, o fato é que esse tipo de inserção comercial e seu aprofundamento no período recente, certamente trazem preocupações para o desempenho futuro da economia brasileira

e latino americana, no sentido da perda nas trocas comerciais, seguindo os mecanismos expostos anteriormente e assim reforçando a dependência econômica e a transferência de valor em direção aos países centrais. Para Santos (2011), esta situação de integração subordinada do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, aprofunda a condição de país dominado ao imperialismo e que isso remete a uma situação colonial de novo tipo.

Desde este ponto de vista a América Latina cumpre um papel fundamental para a “saída/administração” da crise do capital e a reestruturação de novos ciclos de acumulação ampliada de capitais.

A busca dos países centrais do imperialismo por países da periferia do sistema como forma de exportar os impactos econômicos e financeiros da crise para os trabalhadores da periferia, através da deterioração dos termos de trocas nas relações comerciais se faz enquanto uma das estratégias fundamentais para manter a dependência econômica (MARINI, 2005) e capilarizar a extração e transferência de valor periferia-centro. Além deste, outros mecanismos complementam este processo como o aprofundamento recente do processo de internacionalização e de desnacionalização da produção com a entrada de capitais transnacionais, enviando para os países centrais, excedentes na forma de lucros, juros, patentes, royalties, dentre outras que merecem também atenção especial, sendo também fundamentais para o amplo entendimento da dependência Latino Americana (GOMES, 2011).

No atual momento de crise do capital, agudizada pelo movimento especulativo, o imperialismo busca investimentos que possam minimizar as perdas e socializar os prejuízos, injetando mais capital no setor produtivo dos países periféricos já se antecipando a novos ciclos de valorização de capitais e garantindo os mecanismos de transferência de valor no médio e longo prazos também.

A flexibilização ambiental para implantação de grandes projetos nos países periféricos, assim como a falta de fiscalização e monitoramento dos impactos destes e a flexibilização dos direitos trabalhistas são fortes atrativos, visto que os impactos gerados por estes grandes projetos são amplamente debatidos, percebidos e impossibilitados de ocorrer nos países centrais (GOMES, 2009). Os passivos ambientais e sociais deixados, mesmo com as políticas compensatórias, “negociadas” com os órgãos de meio ambiente, são desde a poluição das águas, a degradação dos solos, desmatamentos até a expulsão de famílias e comunidades inteiras para abrir espaço para estes mega empreendimentos.

Os grandes projetos prevêem também grandes investimentos nacionais e internacionais, transnacionalizando estes e alargando ainda mais as veias já abertas da América Latina. Fazendo com que as transferências de valores sejam cada vez maiores, deixando apenas as migalhas e a consequências negativas ambientais, sociais e econômicas deste movimento.

O agronegócio, como modelo de desenvolvimento agrário e agrícola preconizado pelo Brasil e demais países da América Latina é, e muito, reforçado pela política de inserção internacional subordinada do continente no mercado mundial e pelo processo de reprimarização econômica destes países. Desde a produção em grandes monoculturas, a destruição dos recursos naturais, a expulsão de imensas quantidades de famílias camponesa, concentrando terras, e riquezas, mas socializando fome e pobreza, tentam iludir os trabalhadores sob a falácia da possível falta de alimentos no mundo e do importante papel dos países latinos no suprimento destes alimentos. Novamente o capital usa a fome e a desgraça humana, produzida e aprofundada pelo próprio capital, para justificar o aprofundamento de dependência econômica e da pobreza dos trabalhadores das periferias, com o objetivo de se apropriarem do valor produzido nestes países.

Onde antes se tinha alimentos, hoje se tem pasto, eucalipto, cana de açúcar, soja, café. Grandes culturas, ricas culturas, que deixam a pobreza generalizada, em troca da riqueza concentrada e exportada, fomentando inclusive a especulação sobre a terra, que tem seus preços numa tendência de valorização, para expansão das commodities, no intuito de garantir as demandas do capitalismo.

Nas palavras de Galeano:

Terras que poderiam abastecer as necessidades essenciais do Mercado interno são destinadas a um só produto a serviço da demanda estrangeira. Cresço para fora, para dentro me esqueço. Quando cai o preço internacional desse único produto, alimento ou matéria –prima, junto com o preço caem os países que de tal produto dependem. E quando a cotação subitamente vai as nuvens, no louco sobe e desce do mercado mundial, ocorre o trágico paradoxo: o aumento dos preços dos alimentos, por exemplo enchem os bolsos dos gigantes do comércio agrícola e, ao mesmo tempo, multiplica a fome das multidões que não podem pagar seu encarecido pão de cada dia (GALEANO, 2010, p.6).

Somado a estes a mineração também cumpre um papel fundamental na alimentação da reprodução ampliada do capital, no processo de transferência periferia-centro. Resgata a “Potosí” da época colonial da América Latina, deixando seu rastro de pobreza e destruição (GALEANO, 2010).

E não por acaso, diante de toda esta importância econômica da América Latina para o mundo, que o processo de militarização no continente vem sendo consolidado, com a implementação ostensiva de bases militares norte americanas em diversos países. Da mesma forma a demonstração de força e de prepotência militar foi a reativação da Quarta Frota norte americana, que inclui em seu arsenal, navios e porta aviões nucleares, que circulam no Atlântico Sul, logo após a descoberta do pré-sal nas águas Brasileiras, que além de espionar o continente, também podem interceptar rotas e fluxos comerciais dos países da América Latina com a África e parte da Ásia.

As bases militares, assim como a reativação da Quarta Frota, fazem parte da estratégia imperialista norte americana de manter – se como potencia hegemônica no mundo utilizando até mesmo a força para garantir este objetivo que é sobre tudo econômico. Estas medidas militares vêm como forma de pressionar a execução da política econômica definida para a América Latina de extração e transferência de valor ou mais valia para os países do centro imperialista, numa clara demonstração de intimidar qualquer resistência Latino Americana que impeçam estes mecanismos econômicos de acumulação funcionarem, nos relembrando as formas primitivas de pilhagem de riquezas, anteriormente praticadas, que agora metamorfoseadas sob nova roupagem são mais eficientes.

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções.... a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reservas de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias primas e alimentos, destinados aos países ricos que consumindo-os, ganham mais do que ganha a América Latina ao produzi-los. (GALEANO, p. 17, 2010).

Este movimento já nem tão atual na América Latina aprofunda muito as contradições internas e a luta de classes nos países periféricos. E coloca a nós, trabalhadores a necessidade de dar respostas concretas no enfrentamento e resistência a usurpação de nossas riquezas entre elas a maior: nossa força de trabalho, que se esvai em direção ao império.

4. Apontamentos para a Classe trabalhadora

Diante do exposto, fica a questão de como lidar com estas contradições inerentes ao capitalismo e seus mecanismos de exploração do trabalho, nas suas mais diversas matizes, incluindo

no caso específico dos países periféricos a superexploração do trabalho, oriundo de um processo cada vez mais profundo de dependência aos países centrais do imperialismo.

Como romper com a dependência Latino americana? Como avançar para uma outra realidade, onde a exploração do homem pelo homem seja extirpada?

Vários caminhos foram historicamente estudados, mas estas estratégias devem ser atualizadas às novas exigências do atual momento histórico latino americano e mundial. Isso nos coloca imensos desafios que devem ser enfrentados e superados.

Marini, em artigo publicado em 1992, “Desenvolvimento e Dependência”, descreve que será necessário um grande esforço para reverter a situação de dependência latino americana e que este esforço passará necessariamente pela reunião de forças, a fim de ter peso suficiente para influir nas decisões internacionais (MARINI, 2005). Com os devidos cuidados para não descontextualizar a colocação de Marini, é necessário entender que o que se está propondo não é conseguir um assento no conselho de segurança da ONU, ou ter recurso creditado no FMI, como vem fazendo o Brasil no último período, mas no sentido de modificar a inserção dos países latinos no mercado internacional, destruindo a dependência e a vulnerabilidade externa, apontando para a soberania nacional dos países e regionalmente na América Latina. Aponta também, que projetos estritamente nacionais parecem não mais dar conta de enfrentar o avanço imperialista, sendo necessário para tanto a integração regional. “*Só assim evitaremos que dispersos e isolados, sejamos objetos de integrações por separado*” (MARINI, 2005; p. 224).

A integração proposta sob outros parâmetros, sustentada na satisfação das necessidades humanas e não dos lucros, enquanto arma principal na luta contra a dependência e pelo desenvolvimento, com objetivo claro da construção do socialismo. O ritmo do desenvolvimento deste processo e seu êxito ou não são determinados em última instância pela conjuntura da luta de classes, pelo nível de resistência dos explorados em nível internacional e nacional, de acordo com a inserção de cada país no capitalismo mundial (SANTOS, 2011).

Um aspecto relevante se conforma com retirar da competência exclusiva dos governos nacionais e da burguesia esta tarefa de construção e integração regional da América Latina (Marini, 2005). Para tanto uma maior participação das forças populares é necessária, supondo certamente um esforço grande no sentido da unidade da classe trabalhadora.

A integração deve deixar de ser uma mera negociação, destinada tão somente a garantir áreas de inversão e mercados, para se converter num grande projeto político e cultural, tal como concebido pela melhor tradição da esquerda latino americana. Isso exige que trabalhadores, estudantes,

intelectuais, mulheres, organizações sociais e políticas dos países da América Latina forjem os instrumentos fundamentais para a unificação de suas demandas e para a coordenação de suas lutas [...] . (MARINI, 2005 p.233)

Algumas iniciativas, neste sentido, vêm sendo apresentadas e construídas em torno da Alternativa Bolivariana para a América Latina (ALBA) que se propõe a ser um instrumento construído a partir dos povos latinos americanos, tendo como objetivo central resistir aos processos crescentes de integração capitalista isoladas dos países latinos americanos, pós derrota da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e contra a viabilização e implantação da Integração da Infra-estrutura regional da América do Sul (IIRSA), que vem como um projeto agressivo do capital para integrar fisicamente a economia da América Latina nos marcos do capitalismo atual, elevando as taxas de lucros dos grandes capitais, através da maior eficiência logística no escoamento e exportação dos bens primários, ligando o continente, inclusive prioritariamente com recursos do BNDES. A ALBA se apóia em valores anticapitalistas em seu eixo fundamental, a saber: a complementaridade, a cooperação, a solidariedade e o respeito pela soberania dos países (Bossi, 2005).

A tarefa dos povos é gigante, como consequência dos desafios que o momento presente coloca, pois sem a participação ativa dos povos é impossível, para qualquer dos países latinos americanos, alcançarem a verdadeira independência.

Essa unidade da América Latina em torno da ALBA, também não será suficiente se não for alcançado uma nova ordem mundial, não capitalista, que alcance a harmonia entre as nações, construa a convivência pacífica entre os seres humanos com uma nova relação com o ambiente e a natureza e que por fim destrua a subjugação do capital sobre o trabalho, enterrando qualquer forma de exploração do homem pelo homem. A classe trabalhadora tem o papel fundamental e decisivo no processo de rompimento e de construção de uma sociedade socialista.

Talvez a maior questão colocada hoje para este enfrentamento seja a tão necessária unidade da esquerda que vem se pulverizando muitas das vezes em debates estéreis e fora do contexto atual da luta de classe. O dogmatismo e o sectarismo político no seio da classe trabalhadora gera conflitos que a burguesia aproveita para colocar a “cunha” e explorar nossas contradições, destruindo ainda mais nossa frágil unidade. Da mesma forma a linha de pensamento pós-moderna, coloca em cheque categorias fundamentais de análise da realidade que também minam violentamente a organização popular rumo a um processo verdadeiramente revolucionário. A clareza de diagnosticar os reais inimigos de classe e dar foco na luta sobre estes inimigos se faz fundamental e urgente, tendo como ferramenta fundamental o método marxista.

Muitas lutas deverão ser encampadas dentro da perspectiva de unidade latino-americana, onde a classe trabalhadora do campo e da cidade de todos os países deverão se unificar em torno de pautas comuns. Os movimentos sociais organizados propõem unidade em diversas pautas como a luta contra os processos de transnacionalização das economias dos países na região, contra a militarização do continente que impõe pela força os desmandos econômicos do império, contra o modelo de desenvolvimento agrário agroexportador e monocultor dos países, plasmado no estigma do agronegócio que vem sendo a grande tarefa do continente na divisão internacional do trabalho, e também uma articulação popular para a construção da ALBA a partir dos povos latinos. Sabe-se que estes são pequenos passos que visam modificar a correlação de forças e avançar na luta de classes, mas são passos importantes na construção de uma nova realidade.

5. Conclusões

O processo de dependência da América Latina em relação aos países do centro imperialista se aprofunda cada vez mais. A crise estrutural do sistema faz com que os mecanismos de transferência de valor sejam cada vez mais eficientes e destruidor da classe trabalhadora dos países periféricos.

Na lógica do capitalismo “saída da crise” é aprofundar a intensificação da exploração do trabalho, em especial a opressão e exploração dos povos e riquezas naturais dos países periféricos.

Os dados apresentados no trabalho mostram que o processo de reprimarização na América Latina e especialmente no Brasil vem sendo amplamente implementado e aprofundado, gerando impactos concretos sobre desenvolvimento econômico no curto prazo, mas também no médio e longo prazo com a modificação da estrutura produtiva, focando cada vez mais investimentos e iniciativas estatais e privadas no âmbito da produção de bens primários para a exportação. Este processo agudiza fortemente a dependência latino americana e seus países em relação aos países centrais do capitalismo imperialista, conforme o mecanismo de transferência de valor debatido no trabalho. Quanto maior o desenvolvimento sob as amarras da dependência, maior o aprofundamento da subordinação imperialista das periferias, pois o subdesenvolvimento é parte complementar e dialética do desenvolvimento no capitalismo.

É necessário romper com as formas tradicionais de lidar com a dependência latino americana e construir estratégias de mudanças estruturais, que acumulem de fato para a superação do capital como modo de produção vigente. A superação da crise do capital deve vir alinhada com a própria superação do capital, já que a crise estrutural colocada é orgânica a este modo de produção. Neste sentido, deve-se construir outra forma de desenvolvimento e organização econômica da sociedade sustentada na satisfação das necessidades e não dos lucros.

A Alba vem se conformando enquanto uma importante ferramenta para resistência e luta contra o projeto de intensificação da exploração regional da América Latina pelo Capital. Esta deve partir dos povos e estar unida a uma estratégia em nível mundial de oposição e enfrentamento ao atual sistema econômico, modificando a correlação de forças e abrindo as entranhas do capitalismo imperialista.

A classe trabalhadora terá a tarefa de resistir à ofensiva do capital, mantendo o povo em movimento nas lutas contra o capital e enterrar a cunha revolucionária do proletariado nas contradições do inimigo, fazendo-os sangrar até o fim: só o avanço da resistência e da luta de classe trabalhadora e dos povos oprimidos será capaz de reverter a situação e superar o modo de produção capitalista, pois o capital não vai “cair de maduro” e será necessário o golpe final, construído nas arestas das contradições capitalistas.

6. Referencias bibliográficas

BOSSI, F.R. Construir a ALBA a partir dos povos (2005). Disponível em <http://www.alternativabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=1858>, acessado em 01/07/2011.

CARCANHOLO, M. D. ; AMARAL, Marisa Silva . Acumulação Capitalista e a Superexploração do Trabalho Característica da Dependência. In: *XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória*. Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006.

CARCANHOLO R. A Atual Crise do capital. Carcanholo, R. . A atual crise do capitalismo. *Crítica Marxista* (São Paulo), v. 29, p. 49-55, 2009.

CEPAL, 2011 – Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2010. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/42166/P42166.xml&xsl=/deype/tpl/p9f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>, acessado em: 21/05/2011.

DE NEGRI E ALVARENGA, 2010. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. In: *Radar* No. 13 , Diretoria de estudos e Políticas Setoriais, de inovação, Regulação e infraestrutura. 04/2011, IPEA.

GAMBINA, J. Disponível em <http://theotoniodossantos.blogspot.com/2010/08/dois-artigos-de-julio-gambina.html>, acessado em 21/05/2011.

GALEANO, E. H. *As Veias Abertas da América Latina*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010. 400p.

GOMES, H. *A plataforma Brasil frente à crise do capital: um balanço da primeira década do século XXI*. Vitória, 2009. 130 p.

GOMES, H. As hipóteses sobre uma nova posição do Brasil no imperialismo atual. In: VII *Coloquio de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico*, 2011. Uberlândia, Anais, 2011.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* (São Paulo), n. 31, p. 5-30, fevereiro de 2012.

GONÇALVES, R. BNDES financia retrocesso do aparelho produtivo. 2010. Disponível em <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/4969/9/>, acessado em 25/05/2011.

LENIN, V.I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 5ª. Ed., São Paulo: Global, 1987.

MARX, K. *O capital: crítica a economia política*: livro 1, 15ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 2v.(966p.)

MARX, K. *O capital: crítica a economia política*: livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARINI, R. M. / Roberta Traspadini, João Pedro Stédile (orgs). *Ruy Mauro Marini – Vida e Obra*. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304 p.

MARTINS, C. E . O pensamento Social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. *Crítica Marxista*, n.32, p.127-146, 2011.

NADAL, A. [A reprimarização da América Latina](http://www.socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/1292-a-reprimarizacao-da-america-latina), 2009. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/1292-a-reprimarizacao-da-america-latina>, acessado em 18/05/2011.

RENAI/MDIC. Anúncio de Investimentos. Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1299869587.pdf, acessado em 21/05/2011.

SANTOS. M. A. V. Brasil: “crescimento” econômico para quem? Em que condições? Disponível em: http://www.cecac.org.br/MATERIAS/brasil-crescimento_economico_para_quem-20.5.11.htm, acessado em 20/05/2011.